

“CAMPUS FORA DA SEDE” NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE ACERCA DA GESTÃO EDUCATIVA A PARTIR DA TEORIA DO DISCURSO

Bruna Kucharski Wagner; Viviane Loureiro da Cruz.

Universidade Federal do Rio Grande

Bruna.kwagner@gmail.com

Vivianelcruz@bol.com.br

Resumo: As universidades públicas se estruturam em um novo conceito organizacional de gestão educativa conceituado de “campus fora da sede”. A partir dessa nova estrutura das Instituições de Ensino Superior (IES), revela-se a necessidade de serem consideradas importantes contribuições do pensamento político e social, como a Teoria do Discurso. Assim, ao falar sobre as universidades brasileiras com exercício efetivo deste novo modelo organizacional, impõem-se a indigência de análise dessa descentralização na rotina de estruturação dos novos campi, desvendando os significados da gestão educativa das universidades federais organizadas em diversos municípios e, revelando as mudanças geradas nas políticas de descentralização e democratização da educação.

Palavras-chave: Campus fora da sede, Teoria do Discurso, Ernesto Laclau, Instituições de Ensino Superior, Gestão Educativa.

As mudanças ocorridas na contemporaneidade estabeleceram novas maneiras de organização estrutural que acabaram por impor às Instituições de Ensino Superior (IES), - principalmente as instituições federais -, transformações profundas em suas estratégias de ação. As universidades públicas então, se estruturam em um novo conceito organizacional de gestão educativa conceituado de “campus fora da sede”. Trata-se de um modo de instituir novas demandas educacionais em campi fora do local principal, mas limitados ao Estado a qual a universidade, dotada de autonomia, está vinculada. Nesse contexto, muitas universidades federais ainda estão em processo de adaptação dessa nova realidade e, vários indicadores preconizam que a mudança organizacional e a descentralização do ensino revelaram um papel inovador na educação superior, tornando necessária a reflexão sobre os novos paradigmas que se apresentam para o ensino superior público. Dessa forma, a partir dessa nova estrutura das Instituições de Ensino Superior (IES), revela-se a necessidade de serem consideradas importantes contribuições do pensamento político e social, como a Teoria do Discurso desenvolvida nos campos da retórica, da teoria da democracia, da teoria dos novos movimentos sociais, da teoria lacaniana da ideologia e, no próprio campo filosófico, como uma “ferramenta” para análise política em um sentido estrito (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008). Assim, ao falar sobre as universidades brasileiras com exercício efetivo deste

novo modelo organizacional, impõem-se a indigência de análise dessa descentralização na rotina de estruturação dos novéis campi, desvendando os significados da gestão democrática das universidades federais organizadas em diversos municípios e, revelando as mudanças geradas nas políticas de descentralização e democratização da educação. As discussões presentes neste estudo localizam-se na formalização de uma gestão educativa com características que vão além da forma de administrar os sistemas universitários, revelando-se como um processo muito mais amplo e determinado através de concepções políticas, burocráticas e, um viés democrático (CÓSSIO; HYPOLITO; LEITE; DALL'IGNA, 2010). Deste modo, a pesquisa busca abordar concepções sobre a gestão da educação e seus significados políticos, dialogando com a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, estabelecendo assim, como objeto de estudo, o discurso implementado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) na descentralização organizacional e na gestão da educação, mais delimitadamente, nas atuações educativas implementadas em campi fora da sede nas seguintes universidades do extremo sul do país, a saber: Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPe) e, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A Universidade Federal do Rio Grande (FURG) será analisada a partir de três câmpus fora da sede, vejamos: Campus Santa Vitória do Palmar; Campus Santo Antônio da Patrulha; Campus São Lourenço do Sul. Os campi estão localizados em cidades vizinhas, com cursos específicos instituídos de acordo com as possibilidades da região. Já a Universidade Federal de Pelotas (UFPe) possui um único campus fora do município sede, a saber: Campus Capão do Leão. Região de extrema proximidade à cidade sede de Pelotas. E, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o Campus Litoral Norte. Igualmente instituída nas proximidades da sede e com cursos específicos para a região. A partir de tais análises indica-se, consistentemente, a ideia de descentralização educacional como um meio organizacional instituído pelo Ministério da Educação (MEC) para encadeamento no sistema brasileiro de educação superior. Cabe destacar que, mesmo que seja uma forma organizacional de estrutura descentralizada, todas as sedes respondem diretamente as organizações principais, tornando-se apêndices de tais Instituições de Ensino Superior (IES), estabelecendo-se com a existência de uma distância que ultrapassa os limites territoriais do município principal. Essa descentralização influencia diretamente a gestão da educação, uma vez que essas mudanças revelam visível reestruturação educacional com influência política e local. Ademais, as organizações de ensino superior são um meio complexo que interagem profundamente com o meio externo e conduz à organização conceber estratégias de receptividade e adaptabilidade (SOARES, 2013). Nessa perspectiva, a gestão da educação é estabelecida sob o

prisma de reconhecer a importância da participação de todos na organização e no planejamento, uma vez que o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização, garantindo a participação efetiva da comunidade institucional e da comunidade local (TEIXEIRA, 2013). Nesse contexto, o atual modelo organizacional das universidades federais são multicampi – compostos por uma reitoria e alguns campi, em geral localizados em diferentes municípios de uma determinada região –. A transformação organizacional e a rápida expansão institucional revelaram profundas mudanças institucionais. Entre outras, pode-se citar alterações significativas nos modelos de gestão institucional, com acentuada renovação nos quadros de servidores docentes e técnico-administrativos, expansão do trabalho institucional para outras áreas educacionais e também para atuação em pesquisa e extensão (ARAÚJO; HYPOLITO, 2017). Assim, essa nova concepção educacional revelada em favor da democratização da sociedade e da educação fez um novo ordenamento legal caracterizado pela estruturação da gestão educacional fortalecida pelo princípio da democracia e da descentralização na gestão da educação. Na Constituição Federal de 1988 a gestão democrática é prevista como um dos princípios orientadores da educação brasileira para as instituições públicas e, ao mesmo tempo em que identifica um aparato legal, busca mudanças efetivas nas práticas de gestão das redes educacionais ratificando a concepção de que não existe um único formato de democracia (CÓSSIO; HYPOLITO; LEITE; DALL'IGNA, 2010).

Dessa forma, a gestão democrática implica, conseqüentemente, nesse processo de emancipação, entretanto, o discurso desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) para implementação dessa descentralização educacional que é defendido pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que se adaptam a essa nova estrutura, apenas garante autonomia a organização principal, sendo o campus fora da sede um mero apêndice de sua organização, porém, influenciado por diferentes demandas políticas do governo municipal, diversas concepções locais e, demais características sociais que ultrapassam a simples denominação de “campus fora da sede” para a caracterização de novos paradigmas dentro de uma mesma instituição. Nesse sentido, a Teoria do Discurso atuará como ferramenta capaz de auxiliar no entendimento das ordens discursivas, visando extrair os elementos dessa nova construção educacional.

Através da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau potencializou-se a análise de sentidos da gestão da educação entre os diferentes contextos envolvidos, — os campi fora da sede das Instituições de Ensino Superior (IES) — identificando que há controvérsias nessa nova dimensão educacional. A Teoria do Discurso não foi desenvolvida para promover apenas estudos empíricos, foi instituída também para explicar processos de fixação hegemônica do discurso. O discurso na

perspectiva de Ernesto Laclau, portanto, constitui o deslocamento dos elementos que não são capazes de se apresentar imune frente às contestações que emergem. Assim, a estrutura discursiva não é um agrupamento homogêneo de elementos organizados e sim, uma formação constituída de antagonismos em um processo contínuo fadado a redimensionar-se revelando a esfera social (FERREIRA, 2001 apud LACLAU, 1985). Dessa forma, a formalização de políticas educacionais que efetivem a descentralização dos câmpus não garante a democratização, forjando fortemente uma ideia de construção de política emancipatória.

Referências

- ARAÚJO, J. J.; HYPOLITO, A. M. Políticas Curriculares e Teoria do discurso: um estudo de caso. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 1, p. 163-183, 2017.
- CÓSSIO, M. F., M., Hypolito, Á. M., Leite, M. C. L., & Dall, M. A. (2010). Gestão educacional e reinvenção da democracia: questões sobre regulação e emancipação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação Periódico científico editado pela ANPAE**.
- FERREIRA, Fabio Alves. Para Entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 127, p. 12-18, 2011.
- MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L.P. **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008
- MENDONÇA, D. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, 2003.
- SOARES, L. H. Gestão de Instituições de Ensino: o ensino superior privado e os novos parâmetros de perenidade-doi: 10.5102/un. gti. v3i2. 2647. **Universitas: Gestão e TI**. 2013
- TEIXEIRA, E. A. **A importância da gestão escolar no processo educativo**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-dagestao-escolar-no-processo-educativo/115734/#ixzz4ysj1yNsn> Acesso em 26 de outubro de 2017.